

Industrialização e desenvolvimento regional: notas para reflexão

Industrialization and development: notes for reflection

*Erica Karla Botega**
*Karina Aparecida Crovador***
*Kelley Cristina da Silva****
*Vanessa Pudelko*****
*Gilson Batista de Oliveira******

Resumo

Demonstra-se, neste artigo, como o desencadeamento de um processo de industrialização pode transformar a economia regional. Coloca-se em pauta a atração de indústrias para a região através dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo, tendo como expectativa a melhora no nível de vida da população local. No texto trabalha-se com as teorias relacionadas ao crescimento regional, industrialização e pólos de crescimento econômico, pois estas auxiliam na compreensão dos impactos da industrialização no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: industrialização; crescimento regional; desenvolvimento regional.

Abstract

This article demonstrates how the development of an industrialization process can transform the regional economy. The attraction of industries for the region through tax incentives offered by government, having the expectation of improving the level of income of the local population is investigated. The text works with the theories related to the regional growth, industrialization, and regions of economic growth, because these assist in the understanding of the impacts of industrialization on regional development.

Key words: industrialization; regional growth; regional development.

* Graduada em Ciências Econômicas pela UniFAE - Centro Universitário.
erica@dalcon.com.br

** Graduada em Ciências Econômicas pela UniFAE - Centro Universitário.
karina@escoelectric.com.br

*** Graduada em Ciências Econômicas pela UniFAE - Centro Universitário.
kelley_cs@bol.com.br

**** Graduada em Ciências Econômicas pela UniFAE - Centro Universitário.
vanessa.pudelko@hsbc.com.br

***** Graduado em Ciências Econômicas pela UNIMES/SP. Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Econômico, com ênfase em Políticas de Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da UniFAE - Centro Universitário.
gilsono@fae.edu

Introdução

A industrialização de uma região é necessária para promover o desenvolvimento e a expansão das atividades produtivas, aumentando sua participação no produto interno bruto (PIB) e a qualidade de vida da população local.

Neste artigo procura-se analisar se o desencadeamento de um processo de industrialização pode impulsionar, direta ou indiretamente, o desenvolvimento econômico. Mais especificamente, verifica-se como a indústria desencadeia o desenvolvimento de uma região.

O procedimento de pesquisa utilizado para o desenvolvimento deste estudo foi o método dedutivo, que pressupõe a compreensão geral do fenômeno para elucidar os casos particulares (LAKATOS, 1982). Ademais, o trabalho foi construído com base em uma vasta pesquisa bibliográfica. Como fontes de pesquisa, foram utilizados livros e revistas especializadas, dados estatísticos mensurados e difundidos pelos órgãos oficiais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Isto posto, será demonstrado como a industrialização pode desenvolver uma região e quais os seus resultados, tanto econômicos como sociais. Para mostrar como ocorre esse desenvolvimento serão utilizadas teorias como a do planejamento regional, citada por Hilhorst (1973), segundo a qual o crescimento de uma região depende de sua infra-estrutura, economia de escala e especialização de determinadas atividades, bem como a teoria dos pólos, de Perroux (1967), para quem o desenvolvimento de uma região-pólo leva ao desenvolvimento de atividades secundárias em outras regiões. Segundo esta teoria, o desenvolvimento desses pólos de crescimento traz inovações tecnológicas para a região e necessita de investimentos constantes em infra-estrutura, para dar sustentação à produção.

1 O desenvolvimento regional a partir da industrialização

Conforme Haddad (1989), desde a década de 50 vêm sendo formuladas teorias sobre o desenvolvimento econômico regional por vários autores, dentre os quais se destacam Myrdal, Hirschman, Boudeville, Hilhorst, Perroux, que irão fornecer subsídios para a discussão dos principais aspectos da economia regional e do desenvolvimento das regiões através da industrialização.

1.1 Planejamento do crescimento

Há várias décadas os governos tentam fazer o planejamento regional, e a cada nova tentativa surgiram algumas contribuições, tanto do ponto de vista econômico quanto geográfico (HILHORST, 1973).

A primeira contribuição está relacionada ao crescimento regional, resultado de diversas decisões tomadas dentro e fora da região, as quais conduzem ao comércio inter-regional, e este crescimento dependerá da capacidade que a região tem em diversificar sua estrutura econômica para poder se auto-sustentar, reduzindo a dependência de uma região-pólo. Além disso, o crescimento de uma região depende de sua infra-estrutura, de uma economia de escala e da especialização em determinadas atividades, que devem estar internamente integradas, buscando constantemente a minimização dos custos, tanto para produtores quanto para consumidores.

Ainda, o desenvolvimento de uma região pode não ocorrer devido à escassez de seus recursos naturais, à alteração nos padrões de consumo e à deficiência de sua estrutura sociopolítica.

Portanto, o planejamento regional deve exercer uma função de controle, para que, de forma eficaz, possa gerar um desenvolvimento regional. Este desenvolvimento depende da implantação de um

conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais.¹ Outro fator que implica um maior desenvolvimento é a capacidade que a região tem de reinvestir no próprio crescimento, ou seja, de investir em si própria os excedentes gerados pelo seu crescimento e desenvolvimento anteriores.

2 Desenvolvimento e crescimento após a industrialização

Em qualquer região (bloco, país, unidade federativa ou cidade), o governo tem como objetivo criar uma independência política e econômica de todos os subsistemas. E, para que isto ocorra, ele deve buscar o poder pela tomada de decisão no campo da política econômica, porém isto é dificultado principalmente em regiões em desenvolvimento, pois na maioria das vezes estas são dependentes da importação de produtos essenciais e sua exportação total é determinada pela venda de dois ou três produtos no máximo.

Myrdal (1972) considera importante o Estado atuar com políticas intervencionistas no mercado, pois se as forças de mercado não forem controladas pelo Estado, ficando livres para decidir que rumo tomar, as atividades empresariais se concentrarão em regiões ou localidades específicas, fazendo com que o restante da região fique paralisado economicamente. Essas regiões e localidades específicas já apresentam naturalmente vantagens competitivas, pois, geograficamente falando, ficam próximas de pontos estratégicos.

As empresas instalam-se em locais que, no passado, já tinham condições de crescer, e cujas localidades vizinhas teriam condições de oferecer, por exemplo, a população para mão-de-obra, esta sempre com características de estagnação ou regressão.

Quando uma região pratica uma política econômica visando à execução de atividades interdependentes entre diversos sistemas, ela terá certamente maior chance de

obter estabilidade e crescimento, pois isto fará com que diminuam as desigualdades entre as regiões. Além da inter-relação das atividades, isso acabará provocando o surgimento de novas atividades, resultando no aumento do nível de emprego e renda no país.

O que geralmente acontece em uma região é a busca, em curto prazo, pelo aumento da renda em alguns pontos escolhidos conforme a lógica dos pólos, deixando para depois o desenvolvimento de todos os subsistemas simultaneamente. Acaba ocorrendo o isolamento de um subsistema, que receberá maiores investimentos na produção e em sua infra-estrutura, tornando-se mais capacitado e mais desenvolvido. Quando uma região se desenvolve antecipadamente às outras, há a perda de recursos por parte das regiões menos desenvolvidas. Hirschman, citado em Hilhorst (1973), argumenta que o investimento concentrado em poucos lugares será mais forte do que aquele diluído por diversos subsistemas, uma vez que a renda disponível é limitada para investimento. A consequência disso é a injustiça social, devido à má distribuição de recursos, de emprego e renda.

Assim, ocorre a concentração geográfica não só do aparelho produtivo, mas também da população em determinada região. Quando isso se dá, além da busca por descentralização da produção é necessário que haja maior investimento nessa região, para que continue sendo viabilizado o processo de produção. A maior parte desses investimentos não é direcionada para setores diretamente ligados à produção, mas sim para a infra-estrutura. Um bom exemplo disso é o investimento despendido por determinadas regiões em transporte urbano, em razão do grande aumento da população:

¹ Conforme Boisier (1989, p.614), esses três elementos podem ser agrupados genericamente sob o título "capacidade de organização social da região", e esta organização refere-se ao estabelecimento e funcionamento de estruturas políticas, burocráticas e sociais.

“(…) é necessário passar a usar tecnologias qualitativas e quantitativamente diferentes, com custos enormes em investimentos de infra-estrutura, como é o caso da construção de metrô” (HADDAD, 1989, p.417).

Conforme o autor, não há dúvidas de que esses investimentos em infra-estrutura são necessários. No entanto, se fossem direcionados para atividades diretamente produtivas, obter-se-ia um resultado muito mais satisfatório para toda a região, que se refletiria na criação de empregos e no aumento do nível de renda e estabilidade social.

Para superar essas desigualdades entre as regiões, algumas delas usam a estratégia de atração e implantação de indústrias em suas áreas periféricas, na busca de promover a construção de complexos industriais para superar o desnível espacial e atingir o desenvolvimento.

Cite-se o caso do próprio Brasil, que, já a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), anunciava dentro da estratégia de industrialização do Nordeste a preocupação em “conferir-se especial ênfase à formação de complexos industriais integrados, envolvendo conjuntos de unidades produtivas tecnologicamente interdependentes e espacialmente concentradas” (HADDAD, 1989, p.417).

Os gastos de desenvolvimento são investimentos efetuados em setores que aumentam a eficiência dos setores produtivos ou que facilitam a expansão da produção nacional, tais como: gastos em pesquisas tecnológicas, que resultam na criação de novos produtos, em processos mais eficientes, novos materiais; e gastos em transporte, que reduzem o custo de mobilidade das pessoas e das mercadorias, facilitando as conexões, resultando em maior eficiência e elevando o bem-estar das pessoas. Esses gastos são financiados pela poupança e por impostos e, segundo Lewis, citado por Souza (1997), não devem crescer mais que 1,5 vez a taxa de crescimento da renda nacional. O consumo *per capita* também deve crescer para não inviabilizar o processo de desenvolvimento.

3 Políticas de atração industrial

Para Hilhorst (1973), o principal aspecto a ser analisado na implantação de uma indústria é o menor custo possível que sua atividade econômica obterá se localizada em determinado ponto, ou a interdependência com outras atividades. Para isso, são examinados fatores gerais e fatores especiais.

Os fatores gerais são aqueles relacionados aos custos que atingem qualquer setor industrial, a exemplo dos custos com transporte, mão-de-obra, energia elétrica, custo de vida de determinada localidade etc. Já os fatores especiais dizem respeito aos custos relacionados diretamente a determinado setor, como a matéria-prima necessária para a produção, a proximidade com indústrias auxiliares, as condições climáticas que podem afetar o processo produtivo, entre outros (FERREIRA, 1989, p.78-79).

Haddad (1975) cita a teoria da localização como uma ferramenta muito importante no estudo das regiões, pelo simples fato de os mercados consumidores não serem iguais para todas. Algumas regiões possuem qualidades em termos de recursos, mas ficam distantes dos consumidores; outras dispõem de grandes centros consumidores mas não possuem recursos; e há ainda aquelas que não possuem recursos nem tampouco mercado consumidor. As desigualdades regionais são decorrentes desses fatores.

A teoria da localização tem sido uma poderosa auxiliar da economia regional no entendimento destes fenômenos. Ela está interessada em saber por que as pessoas vivem e trabalham em certas áreas, por que as atividades econômicas localizam-se num lugar ao invés de outro e por que centros populacionais desenvolvem-se em certos locais e não em outros (HADDAD, 1975, p.49).

A idéia principal dessa teoria é o fato de as regiões serem heterogêneas² e a variável estratégica ser a distância³.

² Quando consideramos a distribuição da produção, consumo e população.

³ Este fato está relacionado aos custos dos transportes.

Uma indústria eletroeletrônica, por exemplo, tem grande tendência a se instalar em uma localidade que possua universidades e institutos técnicos, conforme cita Ferreira (1989), pois além de buscar o menor custo esta indústria caracteriza-se por uma interdependência técnica com outros órgãos.

E, para que uma indústria tenha plena certeza da região em que deve ser implantada para obter melhores resultados, é muito importante que ela faça a comparação entre as vantagens que cada região oferece para a sua implantação, avaliando um conjunto de fatores, pois pode ocorrer de uma região apresentar mão-de-obra mais barata e qualificada, por exemplo, mas, por outro lado, apresentar desvantagem muito mais significativa em outro aspecto, como custos com transporte, energia elétrica etc.

Para se obter um setor produtivo líder, é necessário organizar todo o espaço físico em que ele estará inserido. E para isso é necessário que, junto com as políticas de industrialização, haja também políticas paralelas de urbanização. Conseqüentemente, haverá um desenvolvimento paralelo da infra-estrutura, dos transportes e de comunicação, garantindo que não ocorra um estrangulamento no abastecimento e no mercado de insumos e produtos. Isso fará com que a região passe de uma fase de crescimento regional setorial para uma fase de crescimento global.

No caso brasileiro, a década de 70 foi marcada pela busca da descentralização da indústria da Região Sudeste. As primeiras alternativas nesse sentido foram os investimentos estatais federais "(...) como os pólos petroquímicos de Camaçari (Bahia) e de Triunfo (Rio Grande do Sul) e a refinaria da Petrobrás de Araucária (Paraná) (...)" (LOURENÇO, 2000, p.21-22).

A segunda alternativa foi a regularização, mediante mecanismos institucionais federais, para reduzir a concentração industrial na cidade de São Paulo. Para isso, foram criadas resoluções que regulamentavam os estímulos fiscais e financeiros a

serem dados pelos governos das regiões para atrair atividades industriais. A Resolução 14 do Conselho de Desenvolvimento Econômico foi a primeira resolução na caminhada à descentralização, conforme citação abaixo, de Lourenço (2000, p.22):

(...) equivaliu à adoção de alguns mecanismos institucionais federais destinados a induzir a busca de novas opções geográficas para a implantação dos empreendimentos industriais, por parte da iniciativa privada, fora das aglomerações congestionadas, como a Grande São Paulo. Para tanto, o governo editou a Resolução 14 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) em 21.12.1977, para posterior regulamentação pelos órgãos gestores dos estímulos fiscais e financeiros à instalação ou expansão de estabelecimentos fabris, como o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), o Programa de Benefícios Fiscais às Exportações (BEFIEX) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES.

Com a abertura da economia brasileira a competitividade entre os estados tornou-se mais acirrada, pois todos queriam atrair investimentos para poder gerar mais renda e emprego. O Estado do Paraná, entre outros, era um dos que estavam investindo no seu crescimento e desenvolvimento estrutural e industrial. Mas, para que isso ocorresse de fato, o Paraná tinha que competir com outras fortes regiões, como São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, que eram, e continuam sendo, as regiões mais atrativas para as empresas que estão se instalando no Brasil nesses últimos anos. A essa disputa dá-se o nome de guerra fiscal. As empresas que fizeram explodir essa guerra foram as montadoras de automóveis, que buscavam as regiões que pudessem oferecer maiores incentivos, bem como infra-estrutura.

Essa disputa tornou-se mais evidente devido à possibilidade de isenção de impostos e taxas, ou seja, à renúncia fiscal, estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Com esse atributo, o Paraná abriu suas portas para as montadoras de automóveis, oferecendo-lhes isenções de taxas, incentivos fiscais e créditos.

Por trás disso, há o justificável objetivo de geração de empregos sustentáveis e qualitativamente superiores, suficientes para impulsionar os níveis de renda regional via salários e melhoria dos padrões educacionais. Não obstante, é certo que o regime especial de incentivos fiscais buscava compensar as desvantagens competitivas regionais, retratadas na grande distância dos mercados consumidores e provedores (LOURENÇO, 2000, p.27).

O desenvolvimento de grandes plantas fabris ocorreu na década de 90, com os incentivos dados pelos governos das diversas regiões do Brasil, tendo como objetivo a geração de novos empregos e a elevação do nível de renda das regiões.

Considerações finais

O crescimento industrial das regiões foi considerado, durante muito tempo, como sinônimo de desenvolvimento econômico e qualidade de vida. Porém, como bem demonstra Oliveira (2002, p.44), a industrialização não se dá necessariamente de forma espontânea, pois pode ser deflagrada por medidas e ações dos governos, que vêem na indústria o caminho para alcançar o desenvolvimento. “A idéia de buscar o desenvolvimento por meio da industrialização é

reforçada pelo desempenho das nações mais industrializadas do planeta, como Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, que alcançaram níveis elevados de conforto e de qualidade de vida.” (p.44).

No Brasil, após a abertura comercial do governo Collor, no início dos anos 1990, as regiões menos industrializadas deram atenção especial à elaboração e implementação de planos para se alcançar o tão sonhado desenvolvimento industrial. Porém, a maioria dos planos adotados pelos vários estados e regiões brasileiras limitou-se a atrair as plantas fabris, mediante intensiva guerra fiscal, e pouco planejou o seu desenvolvimento. Em alguns casos, o crescimento do PIB não conseguiu refletir-se em melhor qualidade de vida para a população em razão do volume de efeitos negativos desencadeados.

A busca pelo desenvolvimento, via industrialização, não pode ofuscar a visão dos planejadores locais, pois a transformação do impulso de crescimento em qualidade de vida depende, dentre outros fatores, de planejamento e de ações contínuas no sentido de evitar os efeitos negativos do processo de industrialização.

- Recebido em: 06/10/2006
- Aprovado em: 27/10/2006

Referências

- ALVES, Ubirajara. Unificado para crescer: o estado consolidou o processo de industrialização deflagrado nos anos 60. Caderno: O segundo ciclo. **Revista Gazeta Mercantil**: Balanço Anual, Curitiba, v.21, n.21, jun. 1998.
- BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Introdução à metodologia científica**. São Paulo: Vozes, 1994.
- BOISIER, Sérgio. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1989.
- BOUDEVILLE, Jaques R. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- BRUNS NETO, Romeu de. Legado de Lerner inclui industrialização e dívida: período foi de diversificação da economia e expansão das exportações. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 set. 2002.
- CARDOSO, Ana Paula dos Santos. **Emprego e tecnologia na implantação da indústria automobilística no Paraná**. São Paulo: DIEESE, 2000. (Estudo DIEESE/ CESIT n.9).
- CASTRO, Demian. **Paraná**: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão n.624).

- CAVALCANTI, Carlos E.G.; PRADO, Sérgio. **Aspectos da guerra fiscal no Brasil**. Brasília: IPEA; São Paulo: FUNDAF, 1998.
- CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.
- IPARDES. **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90**. Curitiba, IPARDES, 2003.
- IPARDES. **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba, IPARDES, 2003.
- FANTIN, Elvira. Benefícios pesarem na escolha. **Relatório da Gazeta Mercantil**, Curitiba, v.20, n.20, jul. 1997. Caderno Montadoras no Sul – Fornecedores.
- FANTIN, Elvira. Telepar investe para atender distritos industriais. **Relatório da Gazeta Mercantil**, Curitiba, v.20, n.20, jul. 1997. Caderno: Montadoras no Sul – Infra-Estrutura.
- FAYET, Luiz Antonio. **PIB do Paraná – engodos e controvérsias**. Disponível em: <<http://www.fayet.com.br/2001pibparana.htm>>. Acesso em: 5 set. 2003.
- FÉLIX, Rosana. **PR lidera criação de empregos na indústria**. Folha de Londrina, 21 maio 2003. Caderno Economia.
- FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho. Espaço, regiões e economia regional. In: HADDAD, Paulo Roberto; FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho; ANDRADE, Thompson Almeida (Org.). **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1989. p.45-65.
- FERREIRA, Maria Cristina. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Faculdades Bom Jesus, 2003.
- GASPARIN, Mirian. **Vendas industriais dobraram em 10 anos**. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://tudo.paraná.globo.com/noticias/economia/n-31091.html>>. Acesso em: 25 maio 2003.
- GRIMAUD, Amaury et al. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUSSO, Divonzir Arthur. Perspectivas do desenvolvimento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná**. Curitiba, IparDES, n.87, p.7-29, jan./abr. 1997..
- HADDAD, Paulo Roberto et al. **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro: IPEA / INPES, 1975.
- HADDAD, Paulo Roberto et al. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza, BNB, 1989.
- HILHORST, Jos G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- IGLIORI, Danilo Camargo. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento**. São Paulo: Iglu, 2001.
- ISARD, Walter. **Metodos de analisis regional: una introduction a la ciencia regional**. Barcelona: 1971.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1982.
- LEONORA, Andréa; ORICOLLI, Silvio. Interesse pela oferta de energia. **Relatório da Gazeta Mercantil**, Florianópolis/Curitiba, v.20, n.20, jul. 1997. Caderno Montadoras no Sul – Infra-Estrutura.
- LOCATELLI, Ronaldo Lamourier. **Industrialização, crescimento e emprego: uma avaliação da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1985.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: Ed. do Autor, 2003.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. do Autor, 2000.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Paraná: benefícios e custos do novo ciclo industrial**. Economistas e Técnicos do DIEESE. Disponível em: <<http://www.coopere.net/direitoshumanosrmc/Programa20%de%20Incentivos%20Fi%20scails.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2003.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. Polêmica sobre o desempenho industrial do Paraná. **Gazeta Mercantil**, Curitiba, 31 mar. 2000. Caderno: Opinião & Agenda.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- OLIVEIRA, Maria Aparecida de. **Desigualdades inter-regionais e políticas públicas para o setor industrial paranaense na década de noventa**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2001.

- OLIVEIRA, Mirian Gasparin de. Paraná tem 28.060 indústrias instaladas em seu território. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 maio 2000.
- OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.
- ORICOLLI, Silvio. Obras emergenciais no Paraná: grupos habilitam-se para licitação da concessão de rodovias. **Relatório da Gazeta Mercantil**, Curitiba, v.20, n.20, jul. 1997. Caderno: Montadoras no Sul – Infra-Estrutura.
- PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Moraes, 1967.
- POLÉSE, M. **Economia urbana e regional**. Coimbra: APDR, 1998.
- ROLIM, Cássio. **Integração competitiva e território**: que fazer com as regiões excluídas? Curitiba: UFPR; CMDE. (Texto para discussão n.06). JEL: R12.
- SAIS, Rodrigo. **No PR, geração de postos de trabalho ganha força**. Folha de Londrina, 3 junho 2003. Caderno Economia.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Solídia Elizabeth dos. **O impacto da guerra fiscal no crescimento econômico do estado do Paraná nos anos recentes**. 2002. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdades Bom Jesus. Curitiba, 2002.
- SCHON, Simone Anselmo da Luz. **Influência dos investimentos feitos no Paraná pelas montadoras no crescimento do PIB do estado de 1995 a 2001**. Curitiba, 2002. Monografia (graduação em economia) – Faculdades Bom Jesus.
- SILVA, Christian Luiz. **Competitividade na cadeia de valor**: um modelo econômico para tomada de decisão empresarial. Curitiba: Juruá, 2002.
- SILVA, Sandro. **A economia regional paranaense sob a perspectiva do desenvolvimento tecnológico e do emprego**. Curitiba: DIEESE, 2002. (Estudo DIEESE/ CESIT).
- SILVA, Sandro; CORDEIRO, Cid. **A economia paranaense e o mercado de trabalho**. Economistas e Técnicos do DIEESE. Disponível em: <<http://www.coopere.net/direitoshumanosrnc/Economia%20e%20Mercado%20de%20Trabalho.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2003.
- SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec; UNICAMP, 2000.
- TRINTIN, Jaime Graciano. **A economia paranaense: 1985-1988**. 2001. Tese (doutorado) - UNICAMP. Campinas, 2001.